

D. Humandi Annan favorece polêmica posição intervencionista

Análise

Humberto Saccomandi

De São Paulo

O limite da soberania territorial é uma das principais questões internacionais do próximo século. É o que fica claro no artigo ao lado do secretário-geral do ONU, o ganense Kofi Annan.

O Estado-nação, uma construção que se consolidou filosófica e politicamente no Ocidente nos séculos XVII e XVIII, vem sendo seguidamente desafiado nos últimos 50 anos. O fluxo de capital nos mercados financeiros, a atuação de empresas transnacionais, as correntes migratórias e a internet ultrapassam o controle do Estado sobre suas fronteiras.

Além disso, países passaram a abdicar voluntariamente de poderes inerentes ao Estado-nação, como a imposição de controles e tarifas aduaneiras, ao se associarem a entidades multinacionais, como a União Européia e a OMC.

A próximo passo nesse processo de decadência do Estado-nação é o questionamento de um de seus pilares, a soberania territorial, pela qual um país é soberano para resolver como bem entender seus problemas internos, sem intervenção externa direta.

Essa questão foi levantada durante a guerra contra a Iugoslávia, quando a Otan (aliança militar ocidental) interveio supostamente contra a violação dos direitos humanos da população de origem albanesa em Kosovo.

Essa ingerência em assuntos internos é muito polêmica e divide especialistas e a comunidade internacional. Os principais ar-

gumentos contra são:

1. legitimidade: é difícil obter consenso na ONU para esse tipo de intervenção. A maioria dos países é contra;

2. conflito de interesse: os países que podem promover esse tipo de operação só iriam intervir em regiões onde têm algum interesse geopolítico. Isto é, na Iugoslávia sim, no Sudão não;

3. dois pesos, duas medidas: só países pequenos sofreriam esse tipo de intervenção, pois ninguém se atreveria a lançar uma campanha contra uma potência militar. Assim, não se toleram os abusos sérvios em Kosovo, mas ignoram-se abusos russos na Tchetchênia e chineses no Tibete;

4. abrangência: teme-se que a questão dos direitos humanos seja apenas a ponta de um iceberg e que no futuro estimularia a intervenção em países sob outros argumentos, como em crises ambientais ou políticas.

Kofi Annan conhece essa oposição. Mas sente principalmente a pressão dos EUA, mais importante fonte de recursos da ONU e que defendem vigorosamente a possibilidade de intervenção em nome de questões humanitárias. UE e Japão, que completam o trio que mantém financeiramente a ONU, se mostram discretamente favoráveis à posição americana.

A defesa de Annan da supremacia dos direitos humanos sobre a soberania territorial ilustra ainda um paradoxo da ONU: a comunidade internacional se volta à ONU para expressar sua indignação contra casos clamorosos de violação dos direitos humanos, mas não confere a ela poderes suficientes para agir contra essas violações.